



Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados		
Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Receita operacional líquida</b>	22	1.991.526
Caixa e equivalentes de caixa	4	613.461	587.557	23	(331.028)
Consumidores e concessionárias	5	35.221	40.108		
Ativo Financeiro	6	733.328	672.811		
Impostos a recuperar	7	39.920	69.773		
Estoque		11.675	7.969		
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	487.935		
Outros ativos circulantes		13.913	7.619		
<b>Total ativo circulante</b>		<b>1.447.518</b>	<b>1.873.772</b>		
<b>Não circulante</b>			<b>Lucro líquido do exercício</b>	25	190.864
Ativo Financeiro	6	5.836.237	5.263.517	18	(173.998)
Instrumentos financeiros derivativos	13	1.243.414	781.385		
Partes relacionadas	8	127	83		
Direito de uso	9	21.304	20.767		
Imobilizado	10	13.969	13.115		
Intangível	11	2.542.021	2.553.138		
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>9.657.072</b>	<b>8.632.005</b>		
<b>Total dos ativos</b>		<b>11.104.590</b>	<b>10.505.777</b>		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	1.080.824	748.707
Fluxo antes dos tributos sobre o lucro		
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Tributos diferidos	2.309	-
Ativo financeiro	(1.645.440)	(1.226.700)
Depreciações e amortizações	97.491	96.366
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	448.380	351.801
Arendamentos e alugueis - AVP	1.902	1.704
CAPEX melhoria - AVP	66.086	70.250
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-	5
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	3.601	5.482
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(454)	(424)
Créditos de tributos	15.229	-
Recuperação de custos - extensão da outorga	(24.964)	-
	44.969	47.233
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>	4.888	3.360
Consumidores e concessionárias		
Ativo financeiro	1.012.204	971.712
Impostos e contribuições sociais compensáveis	15.078	(3.424)
Estoques	(1.519)	(290)
Outros ativos operacionais	(6.294)	(3.212)
	1.024.357	968.146
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>	12.063	9.069
Fornecedores e contribuições sociais	(150.653)	(4.370)
Obrigações estimadas com pessoal	9.069	1.970
Encargos regulamentares e setoriais	(6.989)	(6)
Outros passivos operacionais	(136.530)	8.827
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>932.796</b>	<b>1.022.206</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>(178.253)</b>	<b>(184.693)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>754.543</b>	<b>837.513</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(5.090)	(4.660)
Adições CAPEX melhorias	(67.145)	(64.870)
Partes relacionadas	869	965
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(71.366)</b>	<b>(68.565)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dívidas e juros sobre o capital próprio pagos	(232.371)	(233.560)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.016.872	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(1.101.871)	-
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(335.562)	(318.538)
Pagamentos de arrendamentos e alugueis	(4.341)	(3.505)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(657.273)</b>	<b>(555.603)</b>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>25.904</b>	<b>213.345</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	613.461	587.557
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	587.557	374.212
	25.904	213.345

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.912.000</b>				<b>2.912.000</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	494.741	494.741
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	71.343	-	-	71.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(24.257)	-	-	(24.257)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	24.737	(24.737)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(117.501)	(117.501)	(117.501)
Destinação de dividendos 2020	-	-	(229.740)	-	(229.740)
Destinação para reserva de lucros	-	-	352.503	(352.503)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.912.000</b>	<b>2.397</b>	<b>575.051</b>	<b>715.962</b>	<b>4.295.410</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	171.787	-	-	171.787
Destinação do resultado do exercício	-	(58.407)	-	-	(58.407)
Constituição de reserva legal	-	-	35.798	(35.798)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(170.411)	(170.411)	(170.411)
Destinação para reserva de lucros	-	-	510.123	(510.123)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.912.000</b>	<b>115.777</b>	<b>1.120.972</b>	<b>418.479</b>	<b>4.567.228</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto operacional:** A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranabal, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás. **Contrato de concessão:** Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia ganhou a concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Realização Anual da Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que altera a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048. A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da capacidade assegurada, a Companhia possui atualmente as seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 17 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**2.1 Declarações de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASC). A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

**2.2 Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto: - Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; - Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários. Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício. **2.3 Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para publicação das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Ativo financeiro (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 18); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 10 e 11); Provisões para Capex melhorias (Nota 19); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26).

**2.5 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. No quarto trimestre de 2021, a Companhia reafirmou sua nota máxima de rating (BRAA4) pela S&P; confirmando a saúde financeira para o mercado de capitais. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.6 Efeitos do GSF - Generation Scaling Factor:** A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 18/02/2015, para estabelecer novas condições para a recuperação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que justificarem de forma negativa o GSF (Generation Scaling Factor ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados "estruturantes" (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à existência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco. Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas no mercado de contratação livre, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital dependido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 ("Resolução"), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais. Esta alteração resultou em um cálculo pela CCEE de um valor presente adicional ao intangível da Companhia em contrapartida ao resultado de R\$ 24.964 e seus impostos foram diferidos até a realização da extensão da outorga em 2048. **2.7 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19):** Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e a continuidade das operações e do negócio. O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis:

capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** Amortização da Bonificação de Outorga é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048. A amortização do CAPEX melhoria é reconhecida baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil residual estimada é de 27 anos. Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são amortizados pela sua vida útil econômica e definida pelo órgão regulador. **3.7 Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: - Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo); Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como reduções destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

**3.8 Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e disponível para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos a mesma autoridade tributária. **Incerteza sobre tratamento de tributos sobejuzo:** A interpretação do CPC 22 de negócios que os ativos são avaliados a valor justo e a provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade; (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme aplicação fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudence tributária sendo que, por isso razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. **3.9 Instrumentos financeiros:** **Classificação e mensuração:** O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de créditos operacionais em inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma margem por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, com o objetivo de avaliar o risco associado ao hedge em que tal item é reconhecido. O hedge é considerado efetivo se a Companhia assegurar que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. **Contabilização de hedge:** A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa. No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuído ao risco sujeito a hedge. A nota explicativa nº 13 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. **Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de hedge de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionadas a partir inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas" no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **3.10 Arrendamento:** CPC 06 (R2) - Arrendamento: O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia manteve contrato de aluguel da sede em São Paulo. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota 9) e Arrendamentos (nota 14).

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>613.461</b>	<b>587.557</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	587.557	374.212
	25.904	213.345

(Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Conta de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre). Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido em R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente à parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente à GAG (Custo do Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	IPCA RBO	IPCA GAG	IPCA GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	-	-	-
136	17.07.2019	30.06.2020 7,44%	599.144	7,99%	178.047	-
129	27.07.2020	30.06.2021 2,13%	611.920	2,13%	181.844	-
156	09.07.2021	30.06.2022 3,5%	662.998	8,35%	197.022	-

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia elétrica) durante o prazo de concessão. Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (relative fair value), que melhor reflete seu modelo de negócio, e, então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidado do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, e acesso de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo financeiro - RBO</b>	6.378.620	677.626
<b>Ativo financeiro - GAG</b>	162.789	467.953
<b>(-) PIS/COFINS</b>	(605.081)	(105.966)
<b>Total</b>	5.936.328	1.039.613
Circulante	672.811	605.828
Não Circulante	5.263.517	433.785
<b>Total</b>	<b>5.936.328</b>	<b>1.039.613</b>
<b>7. Impostos a recuperar:</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Impostos a recuperar (PIS e COFINS) (i)	21.714	-
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	736	45.794
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	2.233	7

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da UHE São Simão Energia S.A.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários. a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %			31/12/2021			Taxas anuais médias de depreciação %			31/12/2020		
	histórico	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	histórico	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	histórico	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível												
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	382	(44)	338	3,41%	382	(31)	351	3,41%	382	(31)	351
Máquinas e equipamentos	10,05%	5.216	(825)	4.391	9,07%	4.035	(473)	3.562	9,07%	4.035	(473)	3.562
Veículos	14,29%	917	(85)	832	14,29%	260	(19)	241	14,29%	260	(19)	241
Móveis e utensílios	6,25%	908	(94)	814	6,25%	598	(50)	548	6,25%	598	(50)	548
		7.423	(1.058)	6.365		5.275	(573)	4.702		5.275	(573)	4.702
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55%	3.292	(390)	2.902	3,33%	3.292	(278)	3.014	3,33%	3.292	(278)	3.014
Máquinas e equipamentos	13,05%	3.282	(1.314)	1.968	12,99%	2.967	(889)	2.078	12,99%	2.967	(889)	2.078
Móveis e utensílios	6,25%	379	(42)	337	6,25%	273	(22)	251	6,25%	273	(22)	251
		6.953	(1.746)	5.207		6.532	(1.189)	5.343		6.532	(1.189)	5.343
		14.376	(2.804)	11.572		11.807	(1.762)	10.045		11.807	(1.762)	10.045

b. Movimentação do Imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Outros - Transf. para reparo	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.365	-	-	(125)	-	3.240
Máquinas e equipamentos	5.640	1.232	264	(777)	-	6.359
Veículos	241	-	657	(76)	-	822
Móveis e utensílios	795	221	195	(64)	-	1.151
Total do imobilizado em serviço	10.045	1.453	1.116	(1.042)	-	11.572
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	2.178	2.470	(179)	-	(2.188)	2.281
Veículos	598	58	(66)	-	-	590
Móveis e utensílios	294	103	(281)	-	-	116
Total do imobilizado em curso	3.070	2.631	(1.116)	-	(2.188)	2.397
Total do imobilizado	13.115	4.084	-	(1.042)	(2.188)	13.969

Valor líquido em 31/12/2019

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transf. para reparo	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.491	-	-	(126)	-	-	3.365
Máquinas e equipamentos	4.761	1.228	304	(611)	(42)	-	5.640
Veículos	-	260	-	(19)	-	-	241
Móveis e utensílios	543	191	69	(46)	42	-	799
Total do imobilizado em serviço	8.795	1.679	373	(802)	-	-	10.045
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	6.922	919	(304)	-	(5.500)	-	2.178
Veículos	-	598	-	-	-	-	598
Móveis e utensílios	23	340	(69)	-	-	-	294
Total do imobilizado em curso	6.945	1.857	(373)	-	(5.500)	-	3.070
Total do imobilizado	15.740	3.536	-	(802)	141	(5.500)	13.115

11. Intangível: Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	2021	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	2020	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço												
Software	20,00%	3.860	(2.070)	1.790	3.785	(1.293)	2.492	2.492	3.785	(1.293)	2.492	2.492
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.956.384	(235.132)	1.721.252	1.931.420	(170.476)	1.760.944	1.760.944	1.931.420	(170.476)	1.760.944	1.760.944
CAPEX melhorias	3,51%	874.638	(58.155)	816.483	819.279	(31.142)	788.137	788.137	819.279	(31.142)	788.137	788.137
Intangível em curso												
Software	-	2.496	-	2.496	1.565	-	1.565	1.565	2.496	-	-	2.496
Total intangível		2.837.378	(295.357)	2.542.021	2.756.049	(202.911)	2.553.138	2.553.138	2.756.049	(202.911)	2.553.138	2.553.138

b. Movimentação do Intangível:

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferência AIC para AIS	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço					
Software (I)	2.492	-	(777)	75	1.790
Direito de concessão - Outros (I)	1.760.944	24.964	(64.656)	-	1.721.252
CAPEX melhorias (II)	788.137	57.272	(28.926)	-	816.483
Intangível em curso					
Software (I)	1.565	1.006	-	(75)	2.496
	2.553.138	83.242	(94.359)	-	2.542.021

(I) Referem-se a aquisição de software e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo. (II) Referem-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 19. A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

12. Fornecedores: A composição da conta de fornecedores é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da sistema de transmissão	21.294	18.659
Materiais e Serviços	26.863	17.436
	48.157	36.095

13. Empréstimos, financiamentos e derivativos:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Encargos	Principal	Amortização	Valor líquido	Encargos	Principal	Amortização	Valor líquido
Moeda nacional								
BNP Paribas (i)	4.447	199.935	-	204.382	4.448	199.838	-	204.286
Total	4.447	199.935	-	204.382	4.448	199.838	-	204.286
Moeda estrangeira								
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L. (ii)	161.590	-	2.684.402	2.845.992	146.454	-	2.463.857	2.610.311
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L. (iii)	-	-	-	-	15.310	1.581.855	-	1.597.165
Total	161.590	-	2.684.402	2.845.992	161.764	1.581.855	2.463.857	4.207.476
Debêntures								
Pentagon Trustee - 1ª Emissão Tranche 1 (iv)	4.129	-	890.231	894.360	3.614	-	800.121	803.735
Pentagon Trustee - 1ª Emissão Tranche 2 (v)	2.271	-	199.096	201.367	773	-	198.778	199.551
Pentagon Trustee - 2ª Emissão (v)	12.462	-	1.031.458	1.043.920	-	-	-	-
Total	18.862	-	2.120.785	2.139.647	4.387	-	998.899	1.003.286
Derivativos								
Bank of America Merrill Lynch (vi)	35.161	-	-	35.161	-	-	-	18.222
Banco Bradesco S.A. (vi)	11.710	-	-	11.710	-	-	-	6.120
JPMorgan Chase Bank (vi)	69.339	-	-	69.339	36.713	-	-	36.713
Total	116.210	-	-	116.210	61.055	-	-	61.055
Total de dívidas	301.109	199.935	4.805.187	5.306.231	231.654	1.581.855	3.662.594	5.476.103

(i) Contratação de empréstimo ocorrido em 18 de novembro de 2019 no montante de R\$ 200.000 junto ao BNP Paribas a uma taxa fixa de 5,0405% ao ano, o pagamento de juros ocorre semestralmente e principal será na data do vencimento em 18 de agosto de 2022. (ii) Contratação de empréstimo em moeda estrangeira em 01 de novembro de 2018 junto a SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L., no valor de US\$ 497.235 equivalente a R\$ 1.854.575 com vencimento em 24 de outubro de 2023. Para proteção da exposição à variação cambial, a Companhia contratou na mesma data as operações de swap de forma a converter a variação cambial acrescida do spread prefixado de 5,8588% ao ano para prefixado de 11,47% ao ano junto aos bancos Bradesco e Bank of America Merrill Lynch e de 11,49% ao ano junto ao banco JP Morgan. (iii) Contratação de empréstimo em moeda estrangeira em 19 de novembro de 2019 junto a SPIC Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L. no valor de US\$ 298.407 equivalente a R\$ 1.101.732. Para proteção da exposição à variação cambial, a Companhia contratou na mesma data a operação de swap de forma a converter a variação cambial acrescida do spread prefixado de 5,4708% ao ano para CDI + 1,85% ao ano junto aos bancos JP Morgan e HSBC. O empréstimo e a operação de swap foram pagos integralmente no vencimento em 25 de outubro de 2021. (iv) 1ª Emissão de debêntures ocorrida em 13 de novembro de 2019 com rating 'BRAAA' pela Standard & Poor's. Foram emitidas 975.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada, sendo 775.000 debêntures incentivada pela Lei 12.431/11 da 1ª série, totalizando R\$ 775.000 ao custo de IPCA + 3,54% ao ano com vencimento em 15 de novembro de 2020 e 200.000 debêntures da 2ª série, totalizando o volume de R\$ 200.000 ao custo de CDI + 0,58% ao ano com vencimento em 15 de novembro de 2024. (v) 2ª Emissão de debêntures ocorrida em 15 de outubro de 2021 com rating 'BRAAA' pela Standard & Poor's. Foram emitidas 1.055.000 debêntures em série única, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada realizada pela Instrução CVM 478/09 incentivada pela Lei 12.431/11 totalizando o valor de R\$ 1.055.000 ao custo de IPCA + 5,8198% ao ano com vencimento em 15 de outubro 2036. (vi) Contratação de operações swap conforme mencionado nos itens ii e iii. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	1.581.855	-(1.683.702)	-	200.000	(31.869)	-	133.716
Juros	166.211	-(265.469)	253.284	-	12.012	-	166.038
Custo de transação	-	-	-	(162)	97	-	(65)
Swap	61.055	-(42.694)	23.432	-	74.416	-	116.209
Debêntures							
Juros	4.388	-(38.410)	52.884	-	-	-	18.862
Custo de transação	-	-	-	(3.428)	3.428	-	-
Total	1.813.509	-(2.030.275)	329.600	196.410	54.559	3.525	133.716
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	2.663.858	-	-	(200.000)	(12.012)	-	2.351.846
Custo de transação	(162)	-	-	162	-	-	-
Debêntures							
Principal	1.016.386	1.055.000	-	-	-	-	2.071.386
Custo de transação	(17.488)	(51.796)	-	3.428	-	-	(65.856)
Total	3.662.594	1.003.204	-	196.410	(12.012)	-	4.855.187

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2021, que totalizam o montante de R\$ 1.854.575:

	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bancos									
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	251.544	(23.451)	228.093
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	741.688	(69.338)	672.350
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	125.091	(11.710)	113.381
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	125.091	(11.710)	113.381
			1.854.575	-	-	-	1.243.414	(116.209)	1.127.205

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu cronograma de vencimento demonstrado abaixo:

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
2022	204.382	161.590	116.210	18.862	501.044
2023	204.382	161.590	116.210	18.862	501.044
2024	-	2.684.402	-	-	2.684.402
2025	-	-	-	199.096	199.096
2026	-	-	-	-	-
2027 até 2031	-	-	-	193.750	193.750
2032 até 2036	-	-	-	696.481	696.481
	2.043.822	2.684.402	2.130.647	5.306.231	12.165.102

As dívidas em moeda estrangeira foram suportadas por garantias concessivas pela Matriz. As debêntures e o empréstimo bancário com o BNP não contém garantias atreladas a dívida. 13.1 Condições restritivas (covenants): Apenas a 1ª e 2ª emissão de debêntures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos aos covenants financeiros, conforme o quadro a seguir:

Divida Líquida / EBITDA 2019 a 2021

Ano	Divida Líquida	EBITDA
2019	4,50	4,50
2020	4,00	4,00
2021	3,75	3,75

A partir de 2024 e até a Data de Vencimento Considera-se: (a) "

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da UHE São Simão Energia S.A.										
c) Risco de taxa de câmbio: Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD). d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:										
	31/12/2021		31/12/2020		Categoria					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo						
	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total				
<b>Passivos Financeiros</b>										
Fornecedores	48.157	-	-	-	48.157	36.095				
Empréstimos e financiamentos	-	384.834	3.077.249	1.727.939	5.190.022	5.415.048				
Partes relacionadas	-	-	311	-	311	310				
Arrendamentos e alugueis	748	2.349	19.987	-	23.084	21.983				
Provisão - Capex										
Arrendamentos e alugueis	53.763	36.141	598.320	189.232	877.456	821.243				
Derivativos	-	116.209	-	-	116.209	61.055				
<b>Total</b>	<b>102.668</b>	<b>539.533</b>	<b>3.695.867</b>	<b>1.917.171</b>	<b>6.255.239</b>	<b>6.355.734</b>				
Classificação dos instrumentos financeiros:										
	31/12/2021		31/12/2020		Categoria					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo						
<b>Ativos financeiros</b>										
Caixa e equivalentes										
de caixa	613.461	613.461	587.557	587.557	Resultado					
Contas a receber de clientes	35.221	35.221	40.108	40.108	Custo amortizado					

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 14/04/2022 18:08  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link  
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/14/SPIC1561669414042022.pdf>  
Hash: 16498840927ee692ff53954263aa99f44eb2a982db

**Diretoria**

Adriana Waltrick - Diretora Geral  
Paulo Dutra - Diretor Financeiro

**Contadora**

Valéria Lopes de Souza - CRC-1SP145065/O-9

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Diretores e Acionistas **UHE São Simão Energia S.A. Opinião:** Examinamos as Demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Ativo financeiro vinculado à concessão (Notas 3.2.1 e 6):** Parte do montante pago pela outorga (direito de concessão) possui direito

incondicional da Companhia de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado. Essa parcela foi classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 6.569.565 mil. A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as Demonstrações contábeis. Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes. Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem como os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acuracidade dos valores apurados. Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações são consistentes com as informações obtidas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 18 de março de 2022

**PwC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador - CRC 1BA029904/O-5